



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 07/08/2025

ORDEM DO DIA

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. Além disso, criticou a demora na instalação da CPMI do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cobrando investigação e prisão de envolvidos em fraudes contra aposentados.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada declarou apoio à aprovação da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, afirmando que os requerimentos apresentados faziam parte de uma obstrução considerada necessária, mas superada após acordo entre Líderes para pautar a proposta de emenda à Constituição que extingue o foro privilegiado e, na sequência, a proposta de anistia. Também comemorou a obtenção de 41 assinaturas para o pedido de *impeachment* do ministro Alexandre de Moraes e reforçou a importância da matéria em votação. Ademais, defendeu a instalação da CPMI do roubo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), informando que integrará a comissão.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. Além disso, defendeu a instalação da CPMI do INSS e criticou notícia sobre suposta interferência do Ministro Dias Toffoli que teria atrasado investigações de fraude, classificando-a como prejudicial ao País e exemplo de decisões inadequadas do Supremo Tribunal Federal (STF). Por fim, solicitou ao Presidente Hugo Motta que interceda junto ao Senador Davi Alcolumbre para agilizar a instalação da CPMI, defendendo que os desvios sejam combatidos com urgência.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. Também saudou o Presidente Hugo Motta e manifestou confiança no exercício da presidência da Casa sem ceder a pressões ou chantagens. Ademais, manifestou apoio à instalação de CPI para apurar fraudes no INSS, bem como às investigações conduzidas pela Controladoria-Geral da União



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

(CGU), pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Criticou práticas que inviabilizam o debate democrático no Parlamento e afirmou que o INSS deve atuar de forma estrutural e permanente.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado saudou o Presidente Hugo Motta e celebrou a retomada dos trabalhos após a desocupação da Mesa da Câmara. Em seguida, orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. Também informou que está em curso a reestruturação do INSS, com a realização do primeiro concurso público em 15 anos, e ressaltou que o tempo médio de espera caiu de 63 para 48 dias desde o início do Governo Lula.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada saudou o Presidente Hugo Motta e celebrou a retomada dos trabalhos após a desocupação da Mesa da Câmara. Em seguida, orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. Além disso, lamentou a omissão da Esquerda diante das denúncias de desvios de recursos de aposentados. Também criticou a Procuradoria-Geral da República por se recusar a investigar as fraudes do INSS e questionou o destino do dinheiro roubado, apontando abandono e prejuízo aos beneficiários.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. Além disso, afirmou que o Congresso viveu um dia histórico ao conseguir 41 assinaturas de Senadores para pautar o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, a quem chamou de “ditador da toga”. Defendeu que o afastamento do Ministro traria paz, restabeleceria a democracia e garantiria respeito à Constituição.

Emanuel Pinheiro Neto (MDB - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Comissão nº 29, de 2025, apresentada à Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Comissão nº 29, de 2025, apresentada à Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. Além disso, criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal que estaria desrespeitando votações expressivas do Parlamento, além de legislar indevidamente e promover uma "ditadura da toga".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado defendeu a pacificação do País e a busca por diálogo no Congresso, criticando o clima de antecipação eleitoral e a forma como parte da imprensa retratou os acontecimentos recentes. Ressaltou que não houve chantagem ao Presidente da Câmara, Hugo Motta, e reafirmou o compromisso da Oposição com a independência do Parlamento, denunciando que Parlamentares são chantageados por Ministros do Supremo Tribunal Federal. Citou também preocupações pessoais ao mencionar que seu filho decidiu morar temporariamente nos Estados Unidos, refletindo o desânimo de muitos jovens com o Brasil. Reconheceu ainda que o País vive um momento difícil e pediu reconciliação entre Parlamentares, desculpando-se publicamente por atitudes exaltadas no dia anterior e defendendo que o Congresso dê exemplo de boa convivência para a nação.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado criticou a Oposição por interromper os trabalhos da Câmara, classificando o ato como motim e chantagem para forçar a votação da anistia. Acusou Eduardo Bolsonaro de ameaçar autoridades brasileiras e de agir em alinhamento com Donald Trump contra o País, defendendo sanções e medidas hostis ao Brasil. Afirmou, ainda, que tal comportamento coloca a soberania nacional em risco, chamando os envolvidos de “traidores da pátria”. Argumentou também que a ocupação da Mesa da Câmara foi autoritária e antidemocrática, configurando um desdobramento dos ataques de 8 de janeiro. Por fim, defendeu que os responsáveis sejam punidos pelo Conselho de Ética, com suspensão ou cassação, para proteger a democracia.

General Girão (PL - RN) - O Deputado encaminhou a votação da Emenda de Comissão nº 5, apresentada à Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. Além disso, criticou o discurso de um líder de Esquerda que chamou de motim a ocupação do Plenário feita pela Oposição. Afirmou que a Oposição foi alvo de tentativas de censura e defendeu a discussão de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Criticou a postura de adversários, acusando-os de não compreenderem a democracia, de promoverem agressões e de ignorarem desvios de recursos públicos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou a postura da Esquerda no Plenário. Afirmou que o pedido de perdão feito pelo Deputado Sóstenes Cavalcante foi respondido com ataques do líder do PT, Lindbergh Farias, o que mostra que o partido não busca pacificação. Classificou o embate político como uma “guerra de sobrevivência” e de narrativas, defendendo que sua base não baixe as armas, acusando os adversários de covardia e de não quererem paz na Câmara.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado registrou seu voto contra a Medida Provisória nº 1.296, de 2025, por entender que a disputa ideológica no Plenário desviou o foco do debate e colocou em risco idosos, aposentados, pessoas com deficiência e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Criticou a medida por bonificar financeiramente servidores que reavaliam benefícios já concedidos, em vez de priorizar quem está na fila aguardando atendimento. Acusou, ainda, colegas de votarem sem compreender o conteúdo da proposta e de ignorarem as necessidades urgentes da população.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a Liderança do Governo, acusando o Parlamentar que o antecedeu de incoerência e de mentir ao povo brasileiro. Lembrou que, quando era Senador, o Parlamentar havia se posicionado contra a indicação de Alexandre de Moraes ao STF, mas agora o defendia. Afirmou que o Governo, liderado pelo Presidente Lula, desrespeitou a soberania de outros países ao enviar avião da FAB para buscar uma condenada no Peru e apoiar publicamente a ex-Presidente argentina Cristina Kirchner. Também citou a criação do Foro de São Paulo como instrumento para influenciar na América Latina e declarou que o Presidente Lula já manifestou desejo de implantar socialismo e comunismo.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada celebrou vitórias obtidas na Câmara e no Senado, destacando a mobilização popular em defesa da liberdade e contra censura e perseguições políticas. Defendeu o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de violar direitos humanos, e criticou processos contra cidadãos por postagens em redes sociais. Também relatou depoimentos que, segundo ela, apontaram interferência externa nas eleições de 2022, envolvendo o Governo dos EUA e o TSE, com impacto no resultado eleitoral. Por fim, anunciou como prioridade a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, que extingue o foro privilegiado, chamada de “PEC da alforria do Congresso”, e afirmou que, após sua aprovação, a Oposição avançará com pautas como anistia e *impeachment*.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada criticou a Oposição por obstruir fisicamente o plenário, classificando a ação como violenta, antidemocrática e voltada à imposição de uma agenda contrária às instituições. Afirmou que Lula foi eleito pelo voto popular e que o “golpe” partiu dos que não aceitaram o resultado das urnas, mencionando planos para destituir o Presidente e até atentar contra sua vida e a do Vice-Presidente. Também defendeu que Bolsonaro responde a acusações graves e será responsabilizado. Por fim, condenou articulações de Deputado Federal com governos estrangeiros contra a economia e o Judiciário e apresentou a agenda de seu campo político: defesa da democracia, taxaço de super-ricos, isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil e avanços em direitos trabalhistas, com o fim da escala 6 por 1.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado defendeu união entre diferentes espectros políticos para enfrentar o que classificou como abusos do Supremo Tribunal Federal. Criticou a Esquerda por, segundo ele, agir de forma hipócrita ao condenar ocupações no plenário e lembrou que partidos como PL, NOVO, Progressistas, UNIÃO e PSD reuniram apoio de 247 Parlamentares para priorizar o fim do foro privilegiado e a anistia a perseguidos políticos. Por fim, afirmou ser inadmissível a prisão de ex-Presidentes por decisão monocrática e cobrou que o Senado avance no pedido de *impeachment* do ministro Alexandre de Moraes.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada apresentou questão de ordem com base no artigo 244 do Regimento Interno da Câmara, que prevê penalidades para atos contrários ao decoro parlamentar. Parabenizou a Presidência pelo comunicado que alertou sobre a possibilidade de suspensão cautelar de mandato, por até seis meses, a quem impedisse ou dificultasse atividades legislativas. Afirmou que a ocupação física do plenário por Deputados da Oposição, com a tentativa de sentar na cadeira do Presidente e impor pautas, configurou afronta ao Regimento e foi realizada de forma violenta.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu que o Parlamento é espaço para o debate e a força dos argumentos, e não para o uso da força física, criticando a ocupação do plenário ocorrida por cerca de 40 horas. Comparou a tentativa de impedir os trabalhos legislativos a práticas antidemocráticas e afirmou que a justificativa de ações semelhantes no passado não as tornam legítimas. Também rejeitou alinhamento político com Donald Trump e medidas que prejudiquem o comércio exterior brasileiro. Por fim, defendeu reformas no Judiciário, como mandatos temporários para ministros do STF e revisão do uso de medidas cautelares.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada declarou apoio ao Grupo Parlamentar do Turismo e destacou resultados do Governo Lula no setor, citando o programa “Aqui é Brasil” e o recorde histórico de 6,77 milhões de turistas estrangeiros em 2024, um crescimento de 14,6% em relação ao ano anterior. Defendeu que o atual Governo está retirando o País da fome e gerando o menor índice de desemprego da história. Também criticou ações da Oposição nos últimos dias, que classificou como repetição da lógica golpista de 8 de janeiro, acusando os envolvidos de sequestrar o Parlamento e tentar garantir impunidade a responsáveis por ataques ao Estado Democrático de Direito. Ao final, mencionou investigações sobre tentativa de assassinato de Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes, reforçando ser contra o golpe.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de resolução da Câmara dos Deputados nº 4, de 2003, que cria o Grupo Parlamentar do Turismo. Além disso, reprovou a abertura de processos no Conselho de Ética contra Parlamentares por atitudes como permanecer sentado na cadeira da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

Presidência, e citou pedido de suspensão de seis meses de mandato nesses casos. Por fim, questionou o Presidente da sessão, Hugo Motta, sobre a votação da cassação do mandato do Deputado Glauber Braga.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de resolução da Câmara dos Deputados nº 4, de 2003, que cria o Grupo Parlamentar do Turismo. Além disso, defendeu a luta pela anistia e o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Resolução nº 4, de 2003, que cria o Grupo Parlamentar do Turismo. Ressaltou avanços promovidos pelo Governo Lula na política de turismo, citando a saída do Brasil da “fila do osso”, do Mapa da Fome e a redução do desemprego ao menor índice da história. Afirmou que setores contrários à democracia tentaram “amordaçar” e “sequestrar” o Parlamento, recebendo recursos públicos para impedir seu funcionamento. Denunciou que esses grupos planejaram explodir o aeroporto de Brasília e apoiaram a invasão da sede dos Três Poderes. Reafirmou a defesa da democracia, da liberdade e dos direitos, enfatizando que não deve haver anistia para golpistas.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Resolução nº 4, de 2003, que cria o Grupo Parlamentar do Turismo, destacando o papel do setor no desenvolvimento econômico e na valorização da memória e da história do País. Afirmou que a bancada do PSOL defendeu mais direitos para a população, o uso adequado do orçamento público e a tributação justa, com maior contribuição dos mais ricos. Citou o Deputado Glauber Braga como exemplo de atuação em defesa da melhoria de vida do povo e mencionou episódios de perseguição contra ele. Criticou a postura de parlamentares que impediram o exercício das prerrogativas constitucionais ao obstruírem o direito de fala durante as sessões.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Resolução nº 161, de 2016, que cria o Grupo Parlamentar Brasil - República Gabonesa, destacando a importância de fortalecer as relações políticas, comerciais, sociais e culturais entre os dois países. Mencionou a presença de estudantes gaboneses no Brasil e o aumento de mais de 50% nas relações comerciais recentes, especialmente no setor de petróleo. Afirmou que o Governo Lula valoriza a soberania nacional e criticou a influência dos Estados Unidos, classificando-a como chantagem. Denunciou um Parlamentar brasileiro no exterior por articular ataques contra o País e defendeu que tais ações sejam tratadas como crimes de lesa-pátria. Condenou atitudes golpistas e reiterou que não deve haver anistia, ressaltando que a lei precisa ser aplicada a todos.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado discutiu o Projeto de Resolução nº 161, de 2016, que cria o Grupo Parlamentar Brasil - República Gabonesa. Classificou como lamentável o episódio ocorrido no dia anterior,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

afirmando que ele marcou negativamente a história do Parlamento e da democracia no Brasil. Criticou colegas que abusaram do foro privilegiado e de suas prerrogativas para impedir o funcionamento da Casa. Rejeitou a ideia de que houve acordo com a Presidência, afirmando tratar-se de ameaça feita por integrantes da Extrema Direita. Declarou que o Parlamento não funcionará sob intimidação e que crimes contra a democracia não serão mais tolerados. Por fim, disse que quem quiser marcar gol precisa respeitar as regras do jogo, reforçando que o Legislativo fará a democracia prevalecer.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado respondeu à fala anterior do Deputado Túlio Gadêlha, afirmando que, ao contrário do que foi mencionado, quem não seguiu as regras regimentais foi o próprio Parlamentar de Pernambuco. Ressaltou que o artigo 175, inciso I, determina que, durante a fase de discussão, o orador deve se ater ao tema em debate, sendo permitido abordar outros assuntos apenas no momento de orientação. Por fim, disse que optou por não interromper a fala de Gadêlha, mas reforçou que houve descumprimento dessa norma durante sua intervenção.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Resolução nº 193, de 2016, que cria o Grupo Parlamentar Brasil - União Africana. Comentou políticas atuais de neocolonização, como as defendidas por Donald Trump. Citou a canção “Milagres do Povo”, de Caetano Veloso, para reforçar o papel histórico dos povos africanos na formação do Brasil. Defendeu que acordos como o firmado com a União Africana promovam aproximação cultural e econômica, mas alertou para violações de direitos, mencionando a repressão recente em Angola. Ressaltou que governos devem ser criticados quando adotam posturas autoritárias e afirmou que tais parcerias devem contribuir para a democracia brasileira.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Resolução nº 193, de 2016, que cria o Grupo Parlamentar Brasil - União Africana, ressaltando que a organização reúne 54 países, com sede na Etiópia e população de 1,3 bilhão de pessoas. Afirmou que o Brasil só reconhece plenamente sua identidade ao reconhecer sua africanidade, lembrando tentativas históricas de apagá-la e a persistência de marcas da escravidão. Criticou episódios recentes no Parlamento que representaram agressões à democracia e tentativas de defender golpistas e criminosos, buscando instaurar a impunidade. Comparou o ato de alguns Parlamentares que usaram esparadrapos na boca a um gesto simbólico de silenciar a própria democracia. Destacou o papel plural e livre do Parlamento e defendeu a necessidade de proteger a democracia e enfrentar ataques permanentes contra ela.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado discutiu o Projeto de Resolução nº 193, de 2016, que cria o Grupo Parlamentar Brasil - União Africana, ressaltando as relações históricas entre o Brasil e os 54 países que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

integram a organização. Abordou episódio ocorrido no dia anterior, que classificou como lamentável, envolvendo uma Parlamentar que, ocupando a Presidência, segurava um bebê em meio a um ambiente de tensão e ameaças no plenário. Informou que a atitude colocou a criança em risco e foi usada como instrumento político, algo que o Parlamento não pode permitir. Parabenizou o Presidente Hugo Motta por retomar os trabalhos e destacou a postura do Líder Sóstenes Cavalcante, que reconheceu o erro e pediu desculpas. Defendeu que o caso seja encaminhado ao Conselho de Ética para responsabilização e prevenção de situações semelhantes no futuro.

BREVES COMUNICAÇÕES

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu a atuação da Deputada Julia Zanatta, afirmando que ela estava amamentando sua filha e não a utilizando como escudo. Elogiou sua coragem e criticou o que considerou uma guerra institucional entre os Poderes, acusando o Supremo Tribunal Federal de interferir no Congresso Nacional em diversos momentos. Citou episódios como a prisão do Senador Delcídio do Amaral, a divulgação de áudio de Dilma Rousseff, o afastamento de Eduardo Cunha, decisões sobre o *impeachment*, suspensão de emendas, atuação contra o voto impresso, mudanças na política de drogas. Defendeu que tais ações desrespeitaram a Constituição e representaram ataques à independência do Legislativo, alertando que, sem reação, o STF poderá fechar o Congresso.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado agradeceu ao Presidente Lula e ao Vice-Presidente e Ministro Geraldo Alckmin pela oportunidade de ter atuado como Secretário de Economia Verde no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Destacou as vantagens do Brasil em meio à emergência climática e celebrou a saída do País do Mapa da Fome, a queda recorde do desemprego e a redução expressiva da desigualdade social. Elogiou os avanços da reindustrialização conduzida pelo Ministro Alckmin e sua atuação nas negociações com os Estados Unidos. Ademais, criticou Parlamentares que defenderam interesses norte-americanos diante das tarifas impostas ao Brasil e defendeu a união do Congresso Nacional para enfrentar a medida. Por fim, reafirmou disposição para o diálogo em prol da população brasileira.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado defendeu a liberdade de expressão como direito fundamental, afirmando que nenhum Governo, autoridade ou liderança pode silenciar a população por suas ideias. Alertou para tentativas de censurar especialmente a Direita brasileira e advertiu que a supressão de um lado levará à supressão do outro. Ressaltou que a liberdade deve proteger até discursos ofensivos ou impopulares, garantindo assim a solidez da democracia. Ademais, defendeu a aprovação de um texto de anistia viável no Parlamento, priorizando brasileiros atualmente presos. Argumentou que vandalismo não deve ser equiparado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

a terrorismo e que ataques ao patrimônio público não equivalem a golpe de Estado. Por fim, destacou que a anistia, já utilizada em outros momentos históricos, pode contribuir para a pacificação nacional.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado agradeceu a Deus, à família e aos eleitores, ressaltando ser sua primeira manifestação na tribuna da Câmara dos Deputados. Criticou a gestão do Governador Coronel Marcos Rocha na saúde pública de Rondônia, afirmando que, apesar de haver bilhões de reais disponíveis, pacientes do interior enfrentavam longos deslocamentos pela BR-364 para serem atendidos no Hospital João Paulo, cuja situação descreveu como a pior do País. Além disso, relembrou suas denúncias, como Vereador em Ariquemes (RO), sobre pagamentos indevidos em obra da rodoviária municipal e o descaso com a saúde pública local, fatos que culminaram em sua cassação por quebra de decoro, a qual considerou resultado de uma armação política. Ao final, comprometeu-se a defender os interesses da população rondoniense.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado relatou que o Congresso Nacional enfrentou dias de tensão e exaltou que tais momentos foram superados em defesa da democracia. Elogiou a postura do Senador Magno Malta, que permaneceu acorrentado por mais de 50 horas no Senado Federal em protesto pela restauração das liberdades. Considerou questão de vida ou morte votar o *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que tem violado a Constituição e perseguido a família Bolsonaro. Além disso, criticou o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por não apreciar o pedido de *impeachment*, mesmo com 41 assinaturas favoráveis. Por fim, cobrou do Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, a votação imediata do Projeto de Lei nº 2.858, de 2022, e apensados, para aprovar uma anistia geral, sem exclusões, e o arquivamento do inquérito das *fake news*.

Átila Lira (PP - PI) - O Deputado agradeceu à Presidência da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação por autorizar a realização de um seminário no Piauí, sob sua coordenação, com a presença do Relator Moses Rodrigues. Ademais, ressaltou que o evento, a ser realizado na Assembleia Legislativa, reunirá a sociedade, representantes do setor educacional e secretários de educação para discutir o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado destacou que o Líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Deputado Lindbergh Farias, foi condenado por improbidade administrativa quando era Prefeito de Nova Iguaçu (RJ) e afirmou que sua presença na Câmara dos Deputados resultou de decisão judicial. Ademais, criticou o Poder Judiciário por proteger a Esquerda e perseguir a Direita. Além disso, informou ter visitado a Penitenciária Estadual de Londrina (PR), elogiando a gestão e o combate à entrada de celulares. Relatou ainda sua inspeção em todas as galerias, incluindo as que abrigam criminosos do Primeiro Comando da Capital (PCC) e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

abusadores sexuais. Por fim, informou que destinou recursos de emendas parlamentares para reforçar a segurança da unidade e reprovou a existência de sala para visita íntima.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a atuação parlamentar do Líder Lindbergh Farias e denunciou tentativas de impedir a consolidação da democracia. Ademais, classificou como fascistas os que vitimizaram algozes e exaltaram a força bruta, destacando que o ex-Presidente da República estava em prisão domiciliar, com tornozeleira, em razão dos crimes que cometeu. Além disso, sustentou que os atos de 8 de janeiro de 2023 constituíram tentativa de golpe articulada, inclusive com plano de assassinar o Presidente da República, o Vice-Presidente e um Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Citou ainda Ulysses Guimarães para repudiar a ditadura e rechaçou submissão a interesses estadunidenses. Adicionalmente, ressaltou que o País venceu a fome e registrou o menor desemprego da história. Por fim, sustentou o respeito à Constituição, à democracia e se opôs à anistia para criminosos golpistas.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado avaliou que o País atravessa momento difícil e exaltou a força de uma Oposição unida. Relatou que o plenário da Câmara dos Deputados foi ocupado por dois dias, de forma pacífica e ordeira, sem impedir o acesso do Presidente a sua cadeira. Além disso, citou reportagem de 2019 do jornal *O Globo* e declarações do ex-Ministro Antonio Palocci para acusar o Presidente Lula de corrupção e criticar a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). Defendeu que o Congresso retomasse sua predominância política. Por fim, afirmou que a maioria dos Parlamentares deseja votar o Projeto de Lei nº 2.858, de 2022, e apensados, que tratam de anistia aos envolvidos em atos antidemocráticos e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 333, de 2017, que extingue o foro especial por prerrogativa de função no caso dos crimes comuns.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado afirmou que a prisão domiciliar de Jair Bolsonaro, com uso de tornozeleira eletrônica, representa perseguição política e afronta aos princípios democráticos. Argumentou que as medidas cautelares e a prisão foram desproporcionais, fruto de interpretações jurídicas politizadas e de um Judiciário que, segundo ele, extrapola suas funções e atua como ator político. Criticou o que considera violação da presunção de inocência, aplicação seletiva da lei e cerceamento da participação política de Bolsonaro. Além disso, alegou que o caso simboliza um risco à democracia, com uso da justiça como instrumento de vingança e enfraquecimento do pluralismo. Concluiu pedindo um sistema judicial imparcial, julgamento justo e a preservação das liberdades e direitos constitucionais para todos.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado relatou reunião em Brasília (DF) com o Ministro das Cidades, Jader Filho, para solicitar a ampliação de moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida para o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

Tocantins. Explicou que, além das 700 unidades já previstas, a comitiva – formada pelo Governador Wanderlei Barbosa, Parlamentares e Secretários Estaduais – pediu mais 1.457, justificando a urgência social de atender famílias que comprometem grande parte da renda com aluguel e carecem de moradia digna. Afirmou que o Estado possui projetos executivos prontos, equipes capacitadas e demanda comprovada, estando apto a executar novas unidades caso haja remanejamento regional de recursos de Estados que não cumpram metas. Além disso, mencionou que o Ministro teria sinalizado positivamente à priorização do Tocantins e que a expectativa é beneficiar Municípios como Palmas (TO), Araguaína (TO), Porto Nacional (TO), Paraíso do Tocantins (TO) e Gurupi (TO). Por fim, reafirmou o compromisso com uma política habitacional justa e transformadora, ressaltando que moradia é um direito, cidadania e futuro.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado registrou como “importante vitória da oposição” o compromisso supostamente assumido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Hugo Motta, de pautar duas propostas: a anistia e o fim do foro privilegiado. Argumentou que esses temas não pertencem a partidos ou blocos, mas ao povo brasileiro, que reivindica igualdade jurídica e o fim de privilégios. Defendeu que a anistia seja debatida e classificou o foro privilegiado como um símbolo de desigualdade incompatível com uma democracia. Por fim, afirmou que a oposição seguirá vigilante e ressaltou que o Parlamento deve priorizar assuntos de interesse popular, e não apenas de poderosos.

Guilherme Uchoa (PSB - PE) - O Deputado exaltou os 90 anos de A Voz do Brasil, destacando seu papel histórico na divulgação de informações para todo o país, inclusive regiões remotas. Na sequência, recordou a atuação de seu pai, Guilherme Uchoa, na presidência da Assembleia Legislativa de Pernambuco, período marcado pelo fortalecimento da Rádio Alepe, modernização da comunicação e criação da TV Alepe em 2017. Enfatizou que rádio e novas tecnologias se complementam, permitindo ampliar a participação popular sem perder o compromisso de informar com responsabilidade e transparência, conforme previsto no art. 221 da Constituição Federal. Por fim, agradeceu aos profissionais envolvidos e à população pela confiança no programa, reafirmando sua importância como instrumento de cidadania, pluralidade e debate democrático.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado ressaltou dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontam crescimento de 3,4% no comércio brasileiro em 2023, com movimentação de R\$ 7,1 trilhões, melhor resultado desde 2014. Ressaltou que o setor superou 1,4 milhão de empresas, com mais de 1,6 milhão de unidades e 10,5 milhões de empregos, principalmente no varejo; além disso, o atacado representou quase 60% da receita, impulsionado por produtos agrícolas, enquanto o varejo manteve relevância social. Ressaltou também que as vendas *on-line* cresceram, atingindo 9,3% das empresas, e houve destaque para o avanço nas regiões Norte e Nordeste, contribuindo para a descentralização



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

econômica. Por fim, defendeu políticas para ampliar crédito, incentivar inovação, qualificar profissionais e criar ambiente regulatório justo, garantindo que o crescimento beneficie todo o país e fortaleça o comércio como motor do desenvolvimento econômico e social.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada comemorou a sanção da Lei 15.171, de 2025, que amplia o direito à cirurgia reparadora das mamas no Sistema Único de Saúde (SUS) e nos planos de saúde. Lembrou que, antes restrita a casos de câncer, a medida agora inclui mutilações por qualquer causa, como acidentes, agressões e violência doméstica. Ressaltou que a reconstrução mamária é fundamental para restaurar funcionalidade, autoestima e saúde mental, sendo um passo decisivo na reabilitação da mulher. Além disso, classificou a mudança como conquista civilizatória e reafirmou o compromisso com políticas públicas que assegurem a reconstrução integral — física, mental e emocional — das cidadãs.

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado relatou visita à Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Guarulhos (SP), acompanhado do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, André do Prado, e do Prefeito Lucas Sanches. Destacou o trabalho da instituição, que atende 523 pessoas com deficiência intelectual e múltipla, elogiando a equipe liderada pela Presidente Cida e a Diretora pedagógica Jenina. Além disso, como Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Apaes, reafirmou o compromisso de apoiar e fortalecer essas entidades, citando a parceria com a Feapaes-SP e a importância do apoio contínuo. Parabenizou ainda as Apaes de Colina (SP), Taquaritinga (SP), Capão Bonito (SP), Lucélia (SP), Itapuí (SP), Ribeirão Bonito (SP) e Registro (SP) por seus aniversários. Encerrou reforçando a defesa da inclusão e do respeito à diversidade.

Rubens Otoni (PT - GO) - O Deputado alertou para o déficit de infraestrutura no transporte coletivo das 21 maiores regiões metropolitanas, conforme estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Ministério das Cidades. Explicou que hoje há 2.007 km de sistemas estruturados, mas são necessários mais 2.446 km até 2054, sendo 1.930 km de média capacidade (BRTs, VLTs, mon trilhos). Exemplificou Goiânia (GO), que precisa ampliar de 31 km para 134 km, com custo estimado de R\$ 500 bilhões. Também destacou investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) para mobilidade sustentável e do Programa de Renovação do Transporte Público Coletivo Urbano (REFROTA) para renovação e eletrificação da frota. Na continuidade, defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana), priorizando o usuário, a transparência, a segurança jurídica e a governança integrada. Por fim, afirmou que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 140.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/08/2025

ampliar a rede estruturada é estratégico para o desenvolvimento urbano, a qualidade de vida e a preservação ambiental.

ENCERRAMENTO